



**“PRÊMIO NACIONAL DE INCENTIVO À PROMOÇÃO
DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS - 1ª
EDIÇÃO”**



**“PRÊMIO NACIONAL DE INCENTIVO À PROMOÇÃO
DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS - 1ª
EDIÇÃO”**

Título: Projeto Saúde da Gente

2009

SUMÁRIO

I – JUSTIFICATIVA E APLICABILIDADE AO SUS.....	03
II – INTRODUÇÃO.....	05
III – OBJETIVOS	
OBJETIVO GERAL.....	09
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	09
IV – METODOLOGIA	10
V – RESULTADOS	11
VI – CONCLUSÃO	18
VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20
VIII – ANEXOS: Documentação comprobatória.....	22

JUSTIFICATIVA E APLICABILIDADE AO SUS

A existência de todo um arcabouço legal acerca do Uso Racional de Medicamentos (URM), respalda todo trabalho que possa abordar este assunto como, por exemplo, a Política Nacional de Medicamentos instituída pela Portaria Ministerial nº 3.916/98 que apresenta como uma de suas diretrizes a promoção do URM. Além disso, a Política Farmacêutica do estado do Espírito Santo apresenta como propósito maior a garantia à população capixaba de acesso equânime a medicamentos, em todos os níveis de atenção à saúde, cuidando de promover o seu uso racional e a humanização do atendimento prestado a seus usuários, também apresentando como uma de suas diretrizes a promoção do uso racional de medicamentos, por meio de ações educativas, regulatórias e gerenciais (BRASIL, 1998; ESPÍRITO SANTO, 2007).

Além de todo arcabouço legal que respalda a realização de ações voltadas para o uso racional de medicamentos a importância de se trabalhar em busca desse uso é decorrente das seguintes constatações (WANNMACHER, 2006):

- ❖ 15% da população consomem mais de 90% da produção farmacêutica.
- ❖ 25-70% do gasto em saúde nos países em desenvolvimento correspondem a medicamentos, comparativamente a menos de 15% nos países desenvolvidos.
- ❖ 50-70% das consultas médicas geram uma prescrição medicamentosa.
- ❖ 50% de todos os medicamentos são prescritos, dispensados ou usados inadequadamente.
- ❖ 75% das prescrições com antibióticos são errôneas.

Os medicamentos configuram bem a necessidade de abordagem sistêmica para prevenção de erros. Os atores envolvidos em erros nos processos terapêuticos são múltiplos, inclusive o próprio paciente, que deve ser adequadamente informado a respeito do uso correto dos medicamentos (WANNMACHER, 2005).

Ainda referenciando os aspectos legais, deve-se destacar que de acordo com a Resolução nº 338, de 6 de maio de 2004, que aprovou a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, a Assistência Farmacêutica pode ser assim definida:

(...) “Assistência Farmacêutica é o conjunto de ações voltadas a promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando o acesso e seu uso racional. Este conjunto envolve a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como sua seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação, garantia de qualidade dos produtos e serviços, acompanhamento e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população”.

Sendo assim, a adequada integração entre os serviços de Assistência Farmacêutica e os demais serviços de saúde deve assumir caráter contínuo e progressivo. Com isso, estratégias reguladoras, gerenciais ou educativas que visem o estabelecimento do URM, ocupam lugar de destaque já que poderão contribuir para uma melhoria na qualidade de vida da população, bem como serão responsáveis por uma maior efetividade e eficiência com os gastos públicos.

INTRODUÇÃO

O tema da influência da saúde sobre as condições e a qualidade de vida tem ocupado políticos e pensadores ao longo da história. Já no século XVIII, quando ocupava as funções de diretor geral de saúde pública da Lombardia austríaca e professor da Faculdade de Medicina, Johann Peter Frank escreveu no seu célebre *A miséria do povo, mãe das enfermidades*, que a pobreza e as más condições de vida, trabalho e nutrição eram as principais causas das doenças, preconizando mais do que reformas sanitárias, amplas reformas sociais e econômicas. Diversos autores consideram que a saúde pode ser afetada - para melhor ou para pior - pelo estado dos ambientes social e físico, reconhecendo ainda que a pobreza é muitas vezes a consequência de doenças pelas quais os indivíduos não podiam ser responsabilizados e que a doença seria um fator importante no aumento do número de pobres (BUSS, 2000).

Entretanto, demonstrar que a qualidade ou as condições de vida afetam a saúde e que esta influencia fortemente a qualidade de vida não é o único desafio. Embora sobejamente demonstradas, restam muitas questões a serem resolvidas e respondidas nesse campo de investigação, inclusive no que diz respeito às intervenções que a partir do setor saúde, possam, mais eficazmente, influenciar de forma favorável a qualidade de vida (BUSS, 2000).

Sendo assim, o uso de medicamentos ocupa lugar de destaque no campo de estudos da saúde pública, já que é uma ferramenta terapêutica amplamente utilizada sendo muitas vezes empregada de modo errôneo o que pode gerar grandes prejuízos tanto para a população quanto para os sistemas de saúde.

No ano de 1985 durante a Conferência Mundial sobre URM sediada em Nairobi, situada no Quênia, promovida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), iniciou-se a discussão sobre URM onde se estabeleceu que:

existe uso racional quando os pacientes recebem medicamentos apropriados às suas necessidades clínicas, em doses adequadas às particularidades individuais, por período de tempo adequado e com baixo custo para eles e para a comunidade. (WANNMACHER 2004; BONFIM,2001).

No Brasil o URM torna-se uma realidade distante tanto no setor privado quanto no público, à medida que as ações de saúde não são tipicamente fundamentadas em informações confiáveis, que favoreçam intervenções adequadas e oportunas, as reais necessidades da população bem como os resultados das iniciativas sanitárias acabam por ficar obscurecidos (CASTRO, 2000).

Em relação ao campo da saúde pública, o uso irracional de medicamentos é um importante problema em todo o mundo, com grandes consequências econômicas. Estima-se que a prescrição incorreta pode acarretar gastos de 50 a 70% mais altos dos recursos governamentais destinados a medicamentos. No entanto, quando utilizados apropriadamente, os medicamentos se enquadram como o recurso terapêutico mais frequentemente custo-efetivo (MARIN et al., 2003).

Embora os órgãos responsáveis pela administração da saúde priorizem acertadamente a maior disponibilidade do medicamento à população – visto que se trata de uma ferramenta terapêutica essencial na promoção, proteção e recuperação da saúde – esse esforço pode se transformar em problema, caso não se considere o uso racional como ponto primordial deste processo (OLIVA, 2007).

Segundo Barros, citado por Lefèvre, o medicamento é considerado um símbolo, quando afirma: “Na transformação da prática médica, o medicamento ocupa posição relevante. Torna-se fácil difundir a venda de saúde embalando-a em pequenos e práticos recipientes” (LEFÉVRE, 1991).

O consumo é algo inerente ao homem, existindo uma relação entre as transformações da sociedade e o fenômeno de consumo. Sendo assim, o medicamento não está desvinculado dessa característica social. O uso de drogas pela humanidade para diversos fins é antigo e permanece como um ato, ainda hoje, cheio de conteúdos simbólicos nas mais diversas culturas (LEFÉVRE, 1991).

Baseado nesse contexto, todos os profissionais de saúde devem estar conscientes de que as reações adversas, as intoxicações medicamentosas acidentais, as interações medicamentosas e a ausência de efeito terapêutico são responsáveis por sérios danos à saúde das pessoas (OLIVA, 2007).

A contabilização dos dados de ocorrência de Reações Adversas a Medicamentos no Brasil ainda é pouca, mas nos Estados Unidos um estudo mostrou que, em 1998, elas foram a quarta causa de morte mais frequente naquele país, sendo superada somente pelo infarto do miocárdio, câncer e acidente vascular cerebral (OLIVA,2007).

No Brasil, de acordo com dados do Ministério da Saúde divulgados em 2004, os medicamentos lideraram o ranking de agentes de intoxicação humana, ficando a frente de agrotóxicos, raticidas, metais, alimentos e até mesmo drogas de abuso. Naquele ano foram registrados 23,7 mil casos de intoxicação por medicamentos (28,9%), sendo comum a observância de acidentes, erros na administração, prescrição médica inadequada e automedicação (OLIVA, 2007).

A superação desse problema, através do uso racional de medicamentos, é da responsabilidade de todos os profissionais de saúde envolvidos na assistência à saúde da população (OLIVA, 2007).

Algumas estratégias devem ser consideradas para que seja implementado o URM, sendo as mesmas divididas em: reguladoras, gerenciais e educativas (BRASIL, 1998).

A utilização de estratégias educativas voltadas para o uso racional pode ser dirigida a profissionais de saúde, bem como a usuários dos serviços de saúde, sendo elas grandes incentivadoras para mudanças de hábitos tipicamente irracionais.

Conforme afirma Freire (1983), a análise do contexto da educação com um processo de humanização, ou seja, o caráter problematizador que se dá através do diálogo,

tem base existencialista, visto que o diálogo “se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens.”

Portanto, redescobrir a capacidade de criar, articular conhecimentos, aprender novos conteúdos, desenvolver novas performances, enfim, educar-se permanentemente passa a ser necessidade de todo o trabalhador e não competência de poucos. Em suas palavras FREIRE assegura que este é o “único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude de simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época” (FREIRE, 1989).

No entanto, a prática da educação em saúde desempenha uma função importante quando está envolvida numa prática de transformação, como um processo de criação e recriação, desenvolvendo a reflexão crítica sobre prática/trabalho. A educação também quando metódica e bem sucedida, permite saldo positivo na melhoria da saúde da população, porém exige conhecimento das pessoas, dos seus costumes, hábitos, crenças e comportamentos, além de um planejamento pormenorizado. As atividades consideradas educativas nos serviços de saúde na maioria das vezes restringem-se a ações com enfoque na doença, sendo fortemente centrada na atenção curativa não incorporando nessa prática um caráter emancipador, considerando o indivíduo como sujeito de suas ações capaz de intervir para transformar sua realidade (COSTA, 2000).

Sendo assim, torna-se uma realidade a necessidade de incorporação de um novo modelo nas práticas de educação estabelecidas nos serviços de saúde. Este modelo deve estar centrado nas práticas de educação voltadas para uma maior autonomia dos agentes envolvidos, considerando os mesmos como peças fundamentais para a garantia de sucesso nas terapias, buscando ao mesmo tempo privilegiar as ações de prevenção de doenças em detrimento as ações curativas centradas nas doenças.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Contribuir para melhoria da qualidade de vida da população através da promoção de ações educativas voltadas para obtenção do uso racional de medicamentos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Sensibilizar gestores e demais profissionais da saúde sobre a importância do URM para o sistema de saúde municipal;
- Divulgar os aspectos relacionados ao URM e prover discussões acerca desse assunto a nível municipal;
- Estimular a população a ser agente de sua própria saúde;
- Divulgar a Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) como um instrumento norteador das prescrições em nível municipal;
- Alertar a população e profissionais de saúde sobre os riscos do uso incorreto dos medicamentos;
- Atuar na prevenção de doenças;
- Oferecer oportunidades de aquisição de conhecimentos e aprofundamento de conteúdos básicos da temática do URM;
- Capacitar servidores municipais da saúde no contexto da utilização racional de medicamentos;
- Promover a integração da Assistência Farmacêutica Municipal junto aos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde;
- Aproximar o profissional farmacêutico das comunidades locais;
- Estimular os agentes comunitários e demais profissionais da saúde municipal a serem parceiros na promoção do uso racional de medicamentos nas comunidades.

METODOLOGIA

O Projeto Saúde da Gente foi executado pela Secretaria Municipal Saúde de Ibirapu, município situado na região norte do Estado do Espírito Santo. O município de Ibirapu segundo dados do IBGE referentes ao ano de 2007 possui uma população de cerca de 10.312 habitantes. A efetiva execução deste projeto dependeu de uma parceria estabelecida entre a Prefeitura Municipal de Ibirapu e a empresa Aracruz Celulose, situada no município de Aracruz localizado a poucos quilômetros de Ibirapu. Os gestores responsáveis pela área de relacionamento com as comunidades da empresa Aracruz Celulose, logo após a análise do referido projeto no início do primeiro semestre do ano de 2009, se sensibilizaram com as justificativas e objetivos propostos, e atenderam prontamente com os recursos materiais necessários, dentre eles camisetas, bonés, folders e banner.

Para execução desse projeto foram desenvolvidas diversas atividades que variaram de acordo com o público para o qual estavam sendo desenvolvidas, dentre elas:

- Formação e capacitação de servidores;
- Palestras dirigidas a comunidade e profissionais;
- Teatros;
- Seminário Municipal URM;
- Dia de mobilização.

Todas essas atividades buscavam um maior envolvimento dos atores envolvidos com o URM. Essa perspectiva foi o que mobilizou o desencadear dessas ações, que foram direcionadas a diversos segmentos sociais.

RESULTADOS

Para uma melhor compreensão estaremos descrevendo os resultados alcançados para cada atividade proposta, sendo que as evidências que comprovam a execução dessas tarefas encontram-se a disposição nos anexos deste trabalho.

Palestra com o grupo de atividade física da 3ª idade

O Estatuto do Idoso instituído pela lei n.º10.741, de 1.º de outubro de 2003, considera como idosos as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e garantiu a este grupo populacional, entre outras coisas, o que segue:

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral que trata esta Lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Além do referencial legal que ampara a realização de atividades direcionadas a essa faixa etária, a realização desse momento foi motivada pela dificuldade que os pacientes incluídos nessa faixa etária possuem no momento da administração dos medicamentos. As dificuldades inerentes a esse grupo são as mais variáveis e em sua grande maioria referem-se a situações decorrentes do próprio envelhecimento natural como: perda da capacidade visual, auditiva, locomotora. Ainda considerando que a maioria desse grupo pratica a polifarmácia fica evidente a importância desta intervenção.

Sendo assim, fornecer meios estratégicos que favoreçam o autocuidado do idoso torna-se de grande valia, já que poderá fornecer subsídios para que o mesmo apesar de suas limitações, possa ter uma maior independência quanto à sua saúde.

Durante a realização das ações com esse grupo foram abordados temas que relacionavam a correta utilização de medicamentos e as dificuldades encontradas

pelos idosos no momento desta utilização, oferecendo assim alternativas para que o uso correto fosse alcançado.

Foi possível observar durante a execução de palestras que esse grupo precisa constantemente de intervenções que possibilitem o alcance do uso correto dos medicamentos. À medida que as ações foram sendo executadas, vários relatos de dúvidas tornaram-se constantes como, por exemplo: *Posso tomar este medicamento com leite? Posso tomá-lo junto com o outro medicamento?* Mostrando que muitos deles anteriormente não questionavam sobre a forma de utilizar os medicamentos, junto ao médico ou farmacêutico.

O momento também foi propício para estimular esse grupo sobre a aderência a terapia não medicamentosa durante o tratamento de doenças crônicas, como forma imprescindível para um tratamento ideal. Ao final da palestra foi executada a dinâmica da folha amassada, em que os idosos puderam refletir sobre o conhecimento adquirido durante aquele momento.

Capacitação dos agentes comunitários de saúde

Os agentes comunitários possuem um papel fundamental no desenvolvimento das ações de saúde, sendo considerados fundamentais também na promoção do URM. Na tentativa de resgatar essa função, uma capacitação específica foi preparada especialmente para essa categoria, o que culminou com uma reflexão sobre o real papel desses profissionais quando o assunto é medicamento. O objetivo maior desse evento foi o de formar agentes conscientes e replicadores de práticas racionais em relação ao uso de medicamentos. Cada agente recebeu uma apostila contendo diversas informações acerca do URM com alguns estudos de casos que foram analisados e discutidos durante este encontro.

Em relação ao termo *Uso Racional de Medicamentos* foi possível observar que a maioria dos agentes admitiu que este se caracterizava como uma *mera utilização correta dos medicamentos por parte dos pacientes*. No entanto, à medida que foi dado prosseguimento aos trabalhos, as dúvidas foram surgindo como realmente era esperado, já que o assunto é bastante polêmico. Foi ressaltado durante essa

capacitação que o URM é muito mais que somente a utilização correta dos medicamentos e envolve diversos outros profissionais e que eles, agentes, são atores fundamentais nesse processo já que estão diretamente envolvidos em ações e visitas domiciliares nas comunidades.

Durante o encontro foi possível debater sobre hábitos tipicamente irracionais praticados pela comunidade, comprovando que até mesmo entre os agentes, estes hábitos eram praticados. Um dos exemplos citados constantemente foi o de partir as cápsulas orais, amassar comprimidos, no momento da administração, além do armazenamento de medicamentos que na maioria das vezes se processa de forma inadequada. Algumas alternativas foram sugeridas para utilização na tentativa de reduzir a prática desses hábitos, elegendo como a principal forma de intervenção a orientação à população.

Foi também dado enfoque sobre os medicamentos genéricos e as diferenças estabelecidas entre os medicamentos similares e de referência, já que muitos deles também acreditavam que os medicamentos genéricos não tinham valor terapêutico algum. Alguns alertas também foram pontuados, como a situação dos registros dos medicamentos, já que durante o ano de 2009, denúncias de que algumas pessoas estavam comercializando medicamentos sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, foram registradas no município.

Além dessas abordagens, foi proposta ao grupo a construção de um mural em que todos puderam destacar os fatores que induzem a prática da automedicação em suas comunidades. Logo após essa construção, todos puderam socializar e debater os fatores pontuados por cada grupo.

O encontro junto aos agentes de saúde foi bastante rico no que diz respeito a troca de experiências, afinal de contas são eles que diariamente estão em contato direto com a população. Ao final da capacitação, todos envolvidos foram convidados a participar da dinâmica da bexiga, em que cada participante recebia uma bexiga e um pedaço de papel em branco sendo que era necessário que propusessem soluções para que se alcançasse o URM na comunidade nas quais estavam envolvidos. Ao final da dinâmica, todos estouraram seus balões e socializaram as soluções com os

demais colegas. Vale ressaltar, que a solução mais comentada foi a de orientação, comprovando que os profissionais aceitaram e refletiram que podem atuar ativamente para o alcance do uso racional de medicamentos.

Cada agente participante desta capacitação receberá um certificado de *Agente Promotor do Uso Racional dos Medicamentos* em sua comunidade. A entrega do certificado tem por objetivo motivar o grupo e reforçar ainda mais a ideia de que a partir daquele momento esses agentes seriam replicadores dessa conduta na comunidade.

Educação em Saúde para o Uso Racional de Medicamentos nas unidades escolares

Segundo Freire (1983), “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Foi com esse propósito que iniciamos os trabalhos de educação em saúde com ênfase no uso racional de medicamentos nas unidades escolares. Inicialmente, trabalhamos a temática de educação sexual com o público dos adolescentes, para somente depois abordarmos sobre o uso correto dos medicamentos mais frequentemente utilizados por essa faixa etária. A aceitação dessa temática pelo grupo e a sua efetiva participação foram os aspectos mais relevantes a se destacar. Para que essa abordagem não ficasse restrita apenas a discussão desse tema por meio de palestras, também foi realizado um teatro que abordava a temática de Gravidez na adolescência e suas consequências.

O trabalho com essa faixa etária não é tão simples quanto se imagina ser, no entanto ficou evidente que a execução de atividades desse aspecto deve ser cada vez mais estimulada, ao passo que o ambiente escolar é propício e adequado para a construção do conhecimento em seus diferentes aspectos e que as dúvidas e indagações são constantes e facilmente verificáveis tanto nesta temática quanto em outras. A tentativa de construir um espaço escolar, em que as equipes educacionais e de saúde possam atuar de forma integrada e contínua, reforça a formação de alunos sensibilizados para os problemas sociais aos quais estão inseridos.

Dia D de Mobilização para o Uso Racional de Medicamentos

A mobilização dos mais diversos grupos populacionais foi possível por meio da realização de um Dia D voltado exclusivamente para orientações sobre URM. Nesse momento foi ofertada a população informações acerca do uso correto dos medicamentos, bem como serviços de aferição da pressão arterial e medida da circunferência da cintura. Na oportunidade realizou-se uma busca ativa por aqueles pacientes que não aderem adequadamente os tratamentos prescritos, reforçando junto a cada paciente presente na ação, a importância do correto seguimento farmacoterapêutico. É interessante ressaltar que a própria população aprovou a realização de tal atividade, já que atividades deste perfil, com ênfase na utilização dos medicamentos quase não são executadas.

Para essa realização aproveitamos o folder confeccionado para o próprio projeto que contava com várias dicas e informes para uma correta e segura utilização dos medicamentos, conforme anexo 7.

Enfim, foi uma oportunidade em que foi possível visualizar que a utilização dos medicamentos e os riscos inerentes ao seu uso podem se estender a todas faixas etárias e em diversas situações de saúde, configurando assim a importância do tema abordado e da inserção do profissional farmacêutico no cuidado à saúde da população.

I Seminário Municipal sobre o Uso Racional de Medicamentos

O fato de trazer a discussão do uso racional de medicamentos aos gestores municipais, bem como aos demais servidores municipais da área da saúde e da educação foi a grande motivação para a realização desse evento, que contou com a participação de uma representante do Centro de Atendimento Toxicológico do estado do Espírito Santo e com uma farmacêutica de grande referência a nível estadual e nacional. Um dos temas abordados durante as palestras foram as

intoxicações por medicamentos proferida pela acadêmica de medicina Carolina Andriotti. Além desse tema, a importância do URM na esfera municipal, com ênfase também na divulgação da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais como estratégia racionalizadora no uso de fármacos, também apresentou grande relevância, sendo que essa abordagem foi brilhantemente repassada pela farmacêutica Dr^a Maria José Sartório.

A oportunidade realmente foi única, uma vez que nunca na história desse município havia sido discutido questões tão importantes de saúde no eixo intersectorial e dessa forma mais abrangente a utilização e manejo adequado dos medicamentos. O evento contou com a participação de diversas autoridades municipais, dentre elas a Prefeita Municipal, Secretária e Subsecretário de saúde, representantes da Secretaria de Educação e demais servidores municipais da saúde do município. Sendo assim, pode-se afirmar que o momento foi de ampla discussão acerca do URM, o que culminou com a conquista de uma maior atenção com essa temática por parte das pessoas inseridas na gestão da saúde municipal, bem como as envolvidas com a utilização dos medicamentos a nível municipal. Vale ressaltar, que durante a realização desse evento foi possível observar uma aceitação positiva com esse assunto, revelando assim que as pessoas envolvidas na utilização dos medicamentos reconheceram que esta é uma problemática que deve ser discutida constantemente.

Durante a realização desse evento foi conferido certificados de *Agentes Promotores do Uso Racional de Medicamentos* aos agentes comunitários de saúde, por sua participação na capacitação referente ao URM e de *Escolas Promotoras de Saúde*, aos diretores das escolas que abriram suas portas para discussão desse tema de extrema relevância.

Palestras junto aos pacientes hipertensos e diabéticos

A realização de palestras junto a esses grupos específicos só foi possível devido a articulação contínua entre o serviço de Assistência Farmacêutica e Estratégia de Saúde da Família. Esta abordagem que tem por objetivo abordar pacientes situados

em diversos bairros do município, deve-se ao fato de que a hipertensão e diabetes são problemas de grande relevância em saúde pública e que a utilização de medicamentos por esse grupo populacional é freqüente e, na maioria das vezes, se processa de forma inadequada.

A aceitação e discussão dos aspectos mais comuns relacionados ao URM junto a estes grupos reforçam que essas atividades devem ser cada vez mais estimuladas e praticadas. A divulgação dos medicamentos genéricos e informações confiáveis referentes aos mesmos foram um dos aspectos mais amplamente discutidos durante esses encontros. Além disso, procurou-se reforçar de modo mais efetivo os riscos da automedicação, especialmente neste grupo, onde a utilização de medicamentos é constante e os riscos de interações medicamentosas tornam-se cada vez maiores.

CONCLUSÃO

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 que garante como direito de todos e dever do Estado o acesso universal igualitário as ações e serviços para promoção, recuperação e proteção da saúde, inclusive no que diz respeito a Assistência Farmacêutica, fica evidente que a execução de práticas ligadas e fundamentadas pelo Uso Racional de Medicamentos devem ser cada vez mais estimuladas.

No entanto, é evidente que a discussão sobre o Uso Racional de Medicamentos ainda fica restrita a grupos específicos ligados diretamente a essa temática. Mas a realização do Projeto Saúde da Gente mostrou que essa abordagem pode e deve ser amplamente discutida e devidamente divulgada em todos os níveis e segmentos governamentais sejam eles federal, estadual ou municipal.

Durante a realização desse projeto foi possível detectar que a maioria das pessoas desconhecia o conceito sobre o URM, sendo assim a discussão desse tema desde o eixo central municipal até a população local, mostrou que essa abordagem é necessária e que o profissional farmacêutico possui um papel de grande relevância e interlocução nesse aspecto, ou seja, no gerenciamento e no cuidado à saúde. Além disso, combater uma prática cultivada por longos anos, em que o medicamento é reconhecido como um símbolo de saúde reforça ainda mais esse papel articulador e interventor desse profissional.

Apesar de ainda não possuir o profissional farmacêutico inserido na Estratégia de Saúde da Família Municipal, a integração entre o serviço de Assistência Farmacêutica Municipal e esse setor foi de fundamental significância, revelando dessa forma que o farmacêutico deve estar preparado para atualizar e informar os indivíduos quanto ao controle sobre os determinantes da saúde, influenciando no processo saúde-doença e fortalecendo as ações de promoção e prevenção, além de promover a articulação dos serviços farmacêuticos aos outros serviços de saúde.

A função do farmacêutico compreende além do aspecto assistencial, o aspecto preventivo e educacional, sendo de sua responsabilidade a orientação e a sensibilização da comunidade nos cuidados essenciais para o uso correto dos medicamentos, bem como despertar nesses profissionais o senso de serem agentes de sua própria saúde, garantindo então a real significância do tema atenção à saúde, que é regida pelos princípios da equidade e integralidade das ações de saúde.

Entre os benefícios conquistados com a execução desse projeto deve-se destacar a importância que essa discussão representou no eixo municipal, visto que esse tema está sendo um dos mais cotados para sediar a Conferência Municipal de Saúde do ano de 2009. Além disso, recebemos inúmeros telefonemas de municípios vizinhos parabenizando pela iniciativa e procurando se informar sobre o desenvolvimento do projeto.

Para o próximo ano, pretendemos continuar com a execução do projeto nas comunidades e escolas, abrangendo ainda temas que não foram trabalhados. Alguns eventos poderão fazer parte do calendário oficial de eventos da Secretaria Municipal de Saúde, como o Seminário e o Dia D de mobilização. Então, deve-se pontuar que é hora de partirmos para práticas concretas no sentido de melhorar a qualidade de vida da população, sobretudo promovendo a saúde. É necessário aproximar-se da comunidade para conhecer os reais anseios da mesma, bem como trabalhar de forma abrangente e interdisciplinar, para que assim, possam ser traçadas estratégias que viabilizarão a concretização real dos princípios organizacionais que regem o SUS.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 3916, de 30 de outubro de 1998. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 10. nov. 1998.

BRASIL. Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. **Conselho Nacional de Saúde**, Brasília, 06. mai. 2004.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 01 de Outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília: Diário Oficial da União; 2003.

BONFIM, José Ruben Alcântara; BERGMANN, Johannes Christian. **O que é Uso Racional de Medicamentos**. São Paulo: Sobravime, 2001.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 05, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141381232000000100014&script=sci_artt_ext>. Acesso em: 23. abr. 2009.

CASTRO, Cláudia Garcia Serpa Osório de. **Estudos de Utilização de Medicamentos**: noções básicas. 20. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

COSTA, Neto, Milton Menezes da.(Org.) **A implantação da Unidade de saúde da família**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2000.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. Gerência de Assistência Farmacêutica. **Diagnóstico da Assistência Farmacêutica no setor público e a Política Farmacêutica do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados, 1989.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Cidades: Informações estatísticas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>- Acesso em: 20. mai. 2009.

LEFÉVRE, Fernando. **O medicamento como mercadoria simbólica**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARIN, Nelly et al. Uso Racional de Medicamentos (URM). **Assistência farmacêutica para gerentes municipais**. Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003.

OLIVA, Ricardo. Uso Racional de Medicamentos: uma responsabilidade de todos. **Jornal da Tarde. Opinião.** São Paulo, 2007. Disponível em: < <http://txt.it.com.br/editorias/2007/04/09/opi-1.94.8.20070409.3.1.xml> **Jornal da tarde 09/04/2007**>. Acesso em: 15. abr. 2009.

WANNMACHER, Lenita. Uso Racional de Medicamentos: Medida Facilitadora do Acesso. In: BERMUDEZ, Jorge A. Z.; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora; ESHER, Ângela. **Acesso a Medicamentos: Derecho Fundamental, Papel del Estado.** Rio de janeiro: ENSP, 2004.

WANNMACHER, Lenita. **Erros: Evitar o evitável**, Brasília, v. 2, n. 7, p. 1, 2005.

WANNMACHER, Lenita. **Uso Racional de Medicamentos: perspectivas nacionais.** Seminário sobre Uso Racional de Medicamentos. Curitiba, 2006. Disponível em: <http://74.125.93.132/search?q=cache:XrNZ3rhcF2YJ:200.189.113.52/ftp/Visa/farmaco/URM_LenitaWannmacher.pps+%EF%81%B6+15%25+da+popula%C3%A7%C3%A3o+consumem+mais+de+90%25+da+produ%C3%A7%C3%A3o+farmac%C3%AAutica.wannmacher&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 15. abr. 2009.

ANEXOS

ANEXO 1- Palestra com o grupo de atividade física da 3ª idade



Depoimento de usuários do SUS

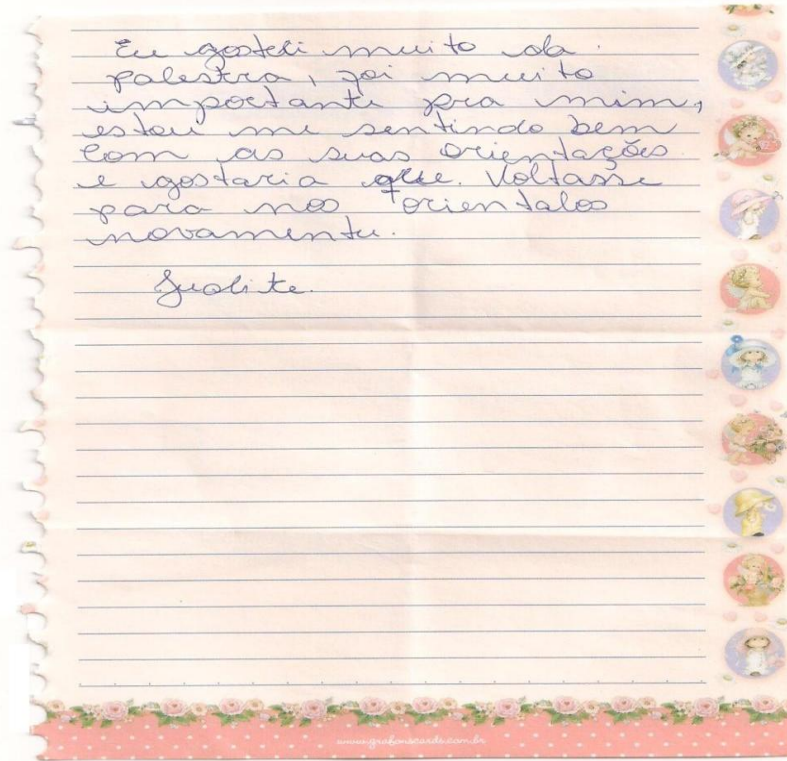
Elza da Silva Coelho -
Ceglia - ótimo da sua
palestra - Graziela }

Adiei clima sobre as orientações
sobre os remédios que toma
nas horas certas, sobre
o horário de remédio da
pressão, faz muito otimo.
precisa repetir varias vezes.
Silvan Damião da Silva
Molitor Pluta f. f. de Silva

Depoimentos de usuários do SUS

Eu gostei muito da palestra, foi muito importante pra mim, estou me sentindo bem com as suas orientações e gostaria que voltasse para as orientações novamente.

Qualite.



ANEXO 2 - Capacitação dos agentes comunitários de saúde



Depoimento da Enfermeira da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde

"Como profissional da saúde vejo o uso racional de medicamentos como um dos pilares das políticas públicas de saúde no Brasil. A disponibilidade de medicamento à população é um instrumento essencial para promoção, proteção e recuperação da saúde, porém esses pontos podem se transformar em problemas caso não considere o uso racional como ponto de relevância do processo.

Com o Projeto Saúde da Gente, foi possível atentar mais para a importância dos medicamentos e uma maior consciência dos seus efeitos, como reações adversas, intoxicações e interações medicamentosas, que são fatores responsáveis por sérios danos a saúde das pessoas. Vejo que o uso racional é de responsabilidade de todos os profissionais de saúde envolvidos na assistência à saúde da população, esses por sua vez devem fornecer informações para todos os usuários, que devem ter acesso de conteúdo confiável, qualificado e atualizado. Participar do Projeto Saúde da Gente foi uma forma de reflexão de que devemos estar em permanente busca de mais saúde e qualidade de vida para a população e que cada um dentro de sua esfera deve cumprir suas responsabilidades no âmbito da política de uso racional de medicamentos."

Pollyanna Pazito Pereira – Enf^a PACS Centro

Pollyanna Pazito Pereira

Depoimento de uma Agente Comunitária de Saúde

* Projetos dos medicamentos

Serviu para Conscientizarmos a população, quanto ao uso inadequado dos medicamentos servindo de alerta para eles e também serviu para que eles não se tornem dependentes dos medicamentos, e não se auto-medicaressem.

Para mim foi importante ter aprendido sobre o uso desses medicamentos, e termos uma base de como passar as informações para os pacientes, durante as nossas visitas domiciliares.

Rosemar D. Sario.

ANEXO 3 - Educação em Saúde para o Uso Racional de Medicamentos nas unidades escolares



ANEXO 4 - Dia D de Mobilização para o Uso Racional de Medicamentos



ANEXO 5 - I Seminário Municipal sobre Uso Racional de Medicamentos





Depoimento da Secretária Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de Ibirapu

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Saúde

O Sistema Único de Saúde vem passando por diversas transformações, uma delas é a tentativa de mudança no modelo curativo para preventivo durante a abordagem das doenças. Para isso, estratégias como a aplicação da educação em saúde como ferramenta de trabalho torna-se essencial.

A abordagem sobre a utilização dos medicamentos dentro dos sistemas de saúde é imprescindível ao passo que essa ferramenta terapêutica é amplamente utilizada, e na maioria dos casos é empregado de forma incorreta o que gera danos tanto para os pacientes quanto para os serviços de saúde.

O Projeto Saúde da Gente realizado no município de Ibirapu no ano de 2009 foi muito significativo, já que possibilitou a concepção de um novo olhar sobre a Assistência Farmacêutica Municipal, pois propiciou sua atuação conjunta aos demais setores da saúde municipal mostrando então, de fato a sua importância real dentro dos serviços de saúde. Além disso, a atuação junto a comunidade local foi fundamental para estreitar o relacionamento entre o profissional farmacêutico e a população.

A implementação de ações desse cunho devem ser sempre estimuladas e apoiadas, já que favorecem o fortalecimento dos princípios que regem o Sistema Único de Saúde, dentre eles a integralidade e universalidade das ações de saúde.

Ibirapu, 16 de outubro de 2009.


Adriana Siqueira Piol
Secretária Municipal de Saúde
Portaria Nº 12.105/2009

Secretária Municipal de Saúde

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro
Ibirapu - Esp. Santo
Cep 29670-000 - Tel (27) 3257-1788

Depoimento de uma das Palestrantes do I Seminário sobre URM

Meu contato com este projeto se deu ainda na sua concepção, quando a autora pensou integrar a ideologia e a realidade. Visou trazer à baila um assunto que anda um pouco esquecido nos serviços de saúde devido à necessidade de resolução das “urgências”. Visivelmente o tema “uso racional de medicamentos” é urgente e deveria ser pautado na saúde e na educação de forma sistemática, pois o uso irracional ou incorreto de medicamento tornou-se um importante problema de saúde pública devido suas graves consequências.

A participação no projeto “Saúde da Gente” foi uma experiência gratificante e rica no sentido do aprendizado e da convivência com profissionais da saúde e da educação que, com seus olhares e práticas diferentes, se juntaram pra trabalhar com o mesmo objetivo e o resultado não poderia ser melhor. Pude perceber e sentir uma energia contagiante entre os atores envolvidos e também muita vontade de aprender.

Esses sentimentos e sensações são transformadores de prática e provocam uma revolução na vida das pessoas!!!!.


Maria José Sartório

Palestrante no Projeto Saúde da Gente

Depoimento da Prefeita Municipal



Prefeitura Municipal de Ibirapu

Estado do Espírito Santo

DEPOIMENTO

As políticas públicas em nosso país estão cada vez mais voltadas para a descentralização do nosso sistema de saúde, a qual é muito promissora, mas traz consigo a obrigação do poder local de assumir um papel mais pró-ativo no processo de definição dos destinos do sistema. Sendo assim, políticas que atinjam os diversos segmentos da sociedade tornam-se fundamentais. No entanto, toda essa prática deve visar sempre a busca constante pela qualidade de vida da população estimulando a mesma a ser agente ativa nesse processo.

Considerando que a realização do Projeto Saúde da Gente envolveu em suas ações os mais diferentes segmentos do Município de Ibirapu, desde Associações de Moradores, Pastorais da Saúde e da Criança e segmentos públicos que atuam com a saúde, pode-se inferir sua importância para o nosso Município.

A abordagem simples acerca do uso correto dos medicamentos teve grande significado, ao passo que foi possível prover discussões dessa temática de forma abrangente e intersetorial.

Este projeto para nosso Município tornou-se fundamental e está contribuindo na construção do Plano Municipal de Desenvolvimento 2009-2019. Sendo assim, espero sinceramente que práticas deste aspecto sejam sempre estabelecidas em nível municipal, já que o grande beneficiário dessas ações é sempre a população.

Ibirapu-ES, 15 de outubro de 2009.

NACIENE LUZIA MODENESI VICENTE
Prefeita

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro
Ibirapu - Esp. Santo
Cep 29670-000 - Tel (27) 3257-1788

Depoimento de uma Técnica de Enfermagem

Depoimento.

Sobre a palestra que tivemos recentemente, onde se falou sobre o uso descontrolado de medicamentos, quero dizer que achei muito importante e de grande valia.

Para nós profissionais da área da saúde foi mais valido ainda, pois a cada dia vemos mais pessoas se automedicando, sem orientação de médicos e/ou enfermeiros.

Foi de grande importância que finalmente alguém inteligente se propôs a realizar este evento, pois para muitos falar de medicamento é difícil, pois hoje as pessoas não tem noção do quão perigoso é se automedicar, os remédios de traja preta ou contrabandados como muitas pessoas dizem são os mais procurados e consumidos, pois não sabem o mal que esses medicamentos causa no nosso organismo, e acaba se tomando em vício.

Mais tão importante quanto foi terem se lembrado dos analgésicos que no meu ponto de vista também é muito consumido pela população, qualquer dorzinha lá vai um analgésico no organismo. A falta a população sobre o efeito desses medicamentos pode causar no nosso cerebro e organismo é o nosso dever e o deles é o de compreender, o que é muito difícil e complicado.

Mais importante ainda foi saber que profissionais dessa área acabam se viciando, pois para aguentar plantões agitados e difíceis acabam recorrendo a esses medicamentos, se tornando viciados.

Saber também que aqui no nosso município os médicos do P.A.M. não liberam mais receita azul para qualquer pessoa, já é de grande valia. Espero que momentos como aquele possa se repetir outras vezes.

Bom espero sinceramente que este depoimento possa ter alguma valia no seu projeto.

Ass. Dir. Enf. Roxânia do E. Martins.

ANEXO 6 - Palestras junto aos pacientes hipertensos e diabéticos



Depoimento de uma usuária do SUS

Em Cocida participei da reunião com a Grazi gostei muito sobre a importância que ela falou sobre os idosos, as pessoas que com o tempo tem problema de esquecimento que as vezes e o meu caso, ela deu uma boa orientação sobre a gente tomar remédio tratado em fim tudo foi muito bom para a gente. Espero que tem mais vezes.

ANEXO 7 – Panfleto informativo

FRENTE

Saúde da Gente

A Prefeitura Municipal de Ibirapu por meio de sua Secretaria de Saúde implanta o Projeto Saúde da Gente que visa contribuir para melhoria da qualidade de vida da sua população através da promoção de ações educativas voltadas para o Uso Racional dos Medicamentos.

Quando o assunto é medicamento, alguns cuidados devem ser tomados:



1 Evite guardar remédios junto com produtos de limpeza. Mantenha os medicamentos em local seguro, fora do alcance das crianças.



2 Esqueça de vez a "automedicação". Lembre-se o remédio que você usa ou aquele que o filho da sua vizinha toma, pode ser prejudicial para sua família.



3 Siga corretamente a prescrição médica. Um tratamento correto é a garantia de cura.



4 Conserve os medicamentos distantes da luz e umidade. Vários medicamentos são sensíveis a luminosidade e umidade.

VERSO



5 Traga para Farmácia Básica os medicamentos que já não são mais utilizados em sua casa. Eles podem servir para outra pessoa.



6 Caso encontre dúvidas na utilização dos medicamentos, procure o farmacêutico habilitado e extraia dele o máximo de informações sobre o medicamento.



7 Durante a gravidez e amamentação os cuidados com medicamentos devem ser redobrados. A mulher deve evitar a ingestão de álcool e fumo, procure seu médico para mais orientações.



8 A bebida alcoólica não combina com medicamento, pois pode interferir em sua absorção e efeito.

Você pode contribuir para a correta utilização dos medicamentos. Entre nessa luta!!!!

Realização:

Secretaria Municipal de Saúde



Patrocínio:



ANEXO 8 – Registros em jornais de circulação local

Projeto Saúde da Gente desenvolve mais ações em Ibirajú

Na última quarta-feira (12) foi realizada mais uma ação do Projeto Saúde da Gente, uma iniciativa da Prefeitura de Ibirajú em parceria com a Aracruz Celulose, que possui o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população por meio de ações educativas voltadas para o uso racional de medicamentos.

Na ocasião uma ação (foto abaixo) realizada em parceria com a Estratégia de Saúde da Família foi realizada, com a capacitação dos agentes comunitários de saúde sobre o uso racional de medicamentos. Na oportunidade os agentes foram orientados sobre estratégias que podem ser utilizadas para ajudar a população quando a questão é o medicamento.



Ibirajú orienta moradores sobre uso racional de medicamentos

A secretaria Municipal de Saúde de Ibirajú iniciou o Projeto “Saúde da Gente”, uma iniciativa visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população por meio de ações voltadas para o uso racional de medicamentos.

Na foto em destaque, a farmacêutica, Grazielle Massariol Mori orientando o Grupo de Atividade Física para 3ª Idade sobre os cuidados que devem ser tomados em relação ao uso de medicamentos. A Aracruz Celulose é parceira.

Várias ações deste projeto já possuem datas marcadas. No dia 22 será realizado o “Dia D” de mobilização para o uso racional de medicamentos, e no dia 26, o 1º Seminário Municipal sobre o assunto.

